

Estado e municípios não devem mais conceder autorizações de desmatamento das florestas nativas

Desmatamento zero no Estado do Espírito Santo

Recentemente apresentamos na Assembleia Legislativa projeto de lei instituindo o desmatamento zero no Espírito Santo, com a proibição da supressão de florestas nativas em todo o território estadual. Se aprovado, o Estado e municípios não mais concederão autorizações de desmatamento das florestas nativas. É importante destacar que esse projeto é de iniciativa da ONG ambiental Greenpeace, que busca em seu

site apoio para apresentá-lo no Congresso Nacional. Ao apresentá-lo em nível estadual estamos apenas dando apoio à essa iniciativa que é fundamental para a preservação das florestas e recursos hídricos do nosso país e do nosso Estado.

Todos os estudos realizados por ambientalistas e pelo próprio governo federal mostram que o país pode crescer sem desmatar mais nada. As áreas aber-

tas já são mais que suficientes para dobrar a produção de alimentos. Além disso, segundo a jornalista Miriam Leitão em seu último livro, o Brasil tem terras agricultáveis abandonadas do tamanho da Itália e Alemanha juntas. Portanto não há justificativa para derrubar uma árvore. E no nosso caso, ao zerar o desmatamento, o Espírito Santo fará a sua parte para diminuir o aquecimento global e preservar a biodiversidade.

Ao mesmo tempo em que enxergamos a necessidade de proteger nossos florestas e rios, cresce assustadoramente os desmatamentos na Amazônia e no que resta da Mata Atlântica e no Cerrado. A ONU estima que o mundo vai perder em 20 anos 40% dos seus re-

ursos hídricos se medidas extremas e urgentes não forem tomadas. A seca que atinge o Espírito Santo e a redução dramática das águas em rios e córregos são frutos desse descaso com nossas florestas. O Rio Doce passa por um processo de destruição sem precedentes e quase nenhuma providência é tomada, a não ser trabalhos solitários de organizações não-governamentais que tentam recuperar suas nascentes.

Além disso, ao instituir o desmatamento zero vamos contribuir ainda para fortalecer a atuação dos órgãos de fiscalização ambiental, que terão mais força e autonomia para evitar a erradicação completa de nossas matas. Em muitos países, nascentes e rios são consideradas áreas de segurança nacional.